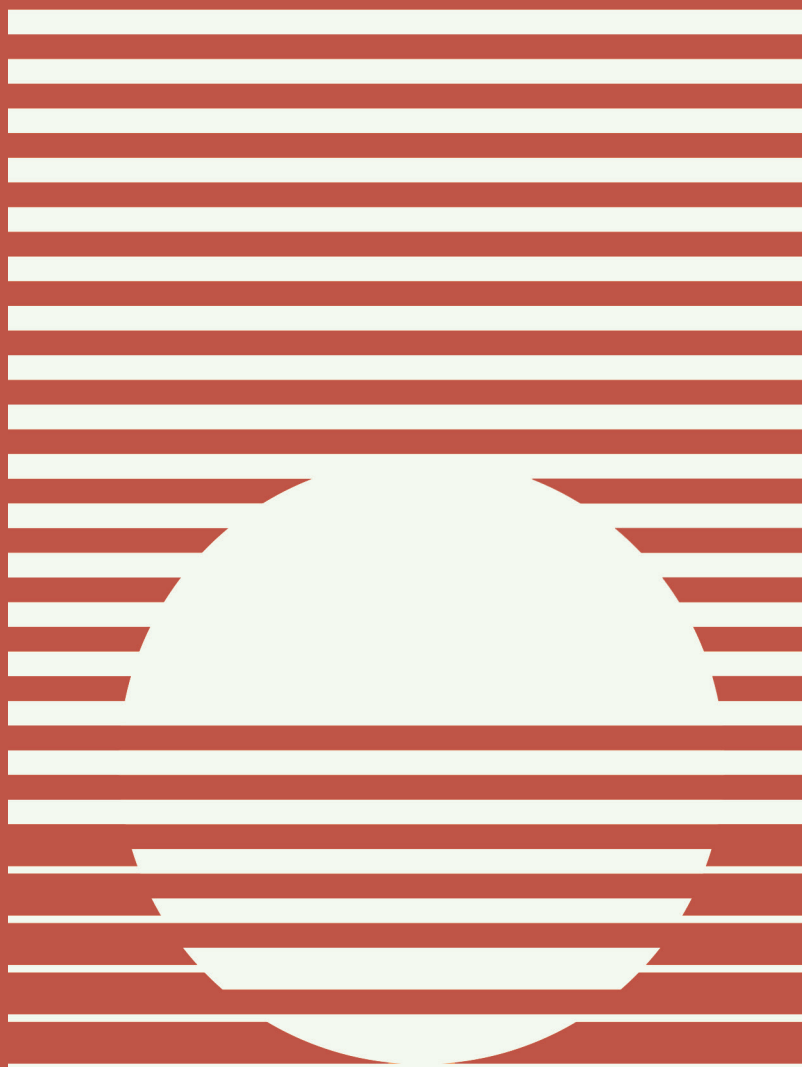


CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

01
2017



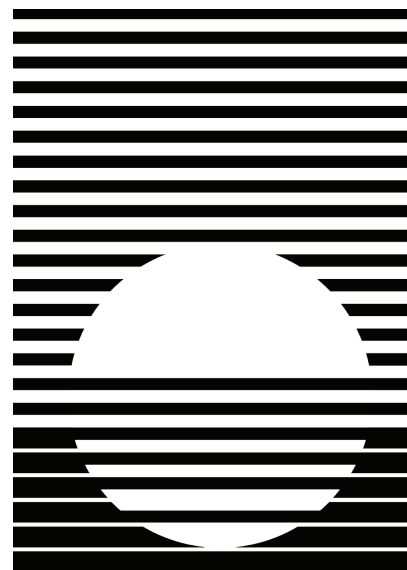
CONJUNTURA LATITUDE SUL

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.



Corpo Editorial

Editora Executiva: Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Editor Adjunto: Murilo Gomes da Costa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima.

Editoria de Redação: André Luiz Coelho Farias de Souza, Bruna Soares de Aguiar, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Ave-Ihan, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Niury Novacek Gonçalves de Faria, Taísa Rezende.

LATITUDE SUL

latsul.org



Reações do Sul à Posse de Trump

Durante o mês de janeiro de 2017, a posse do novo presidente dos EUA, Donald Trump, repercutiu amplamente na mídia dos países do Sul. No Brasil, houve destaque para o futuro das relações do país com os EUA, principalmente do ponto de vista comercial. A saída dos EUA da Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês) é vista por autoridades do governo brasileiro como uma oportunidade de se investir em acordos bilaterais. A imprensa brasileira também divulgou a nota publicada pelo Ministério das Relações Exteriores em que o governo brasileiro manifesta preocupação com o anúncio da construção de um muro na fronteira entre EUA e México. A imprensa mexicana destacou a crise na relação entre os dois países, desencadeada pela decisão de Trump de construir o muro, e também a tentativa do governo de articular um acordo nacional, incluindo os principais partidos políticos e governadores mexicanos, para responder às ações de Trump. No Chile, o tom foi de lamento à saída dos EUA da TPP. No Peru, já se pensa em substituir o TPP por um novo acordo comercial com a Ásia. Na imprensa colombiana, houve repercussão sobre a possibilidade de que o governo de Trump revise o recente Acordo de Paz da Colômbia para decidir se continuarão apoiando o acordo. Na Bolívia, as notícias expuseram a cautela do governo em relação ao novo presidente estadunidense e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) criticou a medida. A imprensa indiana também levantou dúvidas sobre a continuação da “parceria estratégica” entre os dois países. Na África do Sul, houve ceticismo em relação ao interesse do novo governo estadunidense na África Subsaariana e levantaram-se questões sobre o impacto, para a União Africana (UA), da posição de Trump sobre as mudanças climáticas. A imprensa chinesa, além de apresentar análises sobre as relações econômicas e geopolíticas entre os países, repercutiu as reações do Ministério das Relações Exteriores às declarações do governo de Trump sobre impedir o acesso chinês ao Mar da China Meridional.

Fontes: [Global Times](#), 17/01/2017; [Business Day](#), 20/01/2017; [Mail & Guardian](#), 20/01/2017; [El Deber](#), 21/01/2017; [Semana](#), 22/01/2017; [Hindustan Times](#), 23/01/2017; [O Estado de São Paulo](#), 24/01/2017; [La Nación](#), 24/01/2017; [La República](#), 24/01/2017; [G1](#), 25/01/2017; [G1](#), 26/01/2017; [O Globo](#), 26/01/2017; [El Universal](#), 27/01/2017; [China Daily](#), 27/01/2017; [El Universal](#), 31/01/2017.

A América do Sul nos Organismos Multilaterais

O ano de 2017 começou com importantes novidades sobre a participação de países sul-americanos em organismos multilaterais. Em 13 de janeiro de 2017, o Equador assumiu a presidência do G77 + China, comprometendo-se a trabalhar em prol da igualdade econômica e social. Na mesma semana, com base em relatório da Oxfam que aponta a concentração de riqueza no mundo e a utilização de paraísos fiscais, o governo equatoriano reiterou sua proposta para criação de um organismo tributário na Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1º de janeiro, a Bolívia assumiu pela terceira vez um assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU. Por sua vez, a Argentina sediará diversos encontros internacionais, como a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Conferência da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ao todo, são esperadas cerca de 15 mil autoridades de diferentes países.

Fontes: [El Deber](#), 01/01/2017; [La Nación](#), 12/01/2017; [El Mercurio](#), 13/01/2017; [El Mercurio](#), 17/01/2017.

Uruguai: Política Externa e Tratados de Livre Comércio

A discussão sobre abertura econômica do Uruguai às potências globais foi largamente noticiada na imprensa uruguaia no mês de janeiro de 2017. A oposição majoritária liderada pelo Partido Nacional demonstrou preocupação com a política exterior levada a cabo pela Frente Ampla, que visa fortalecer o Mercosul. A oposição defende que a política exterior deve buscar a abertura de mercados, priorizando um olhar estratégico com ênfase na dimensão econômica em detrimento da política. Nessa mesma linha, o chanceler Rodolfo Nin afirma que se mantém firme em estabelecer o Tratado de Livre Comércio (TLC) com a China, independente das resistências geradas no Mercosul. A propósito deste mesmo acordo, as autoridades chinesas já declararam a doação de US\$ 2,5 milhões em recursos militares para o Ministério da Defesa do Uruguai. Em paralelo, o deputado Gonzalo Mujica, ex membro da Frente Ampla, insiste em defender a abertura econômica do país mediante a assinatura de um TLC com os EUA.

Fontes: [El País](#), 04/01/2017; [El País](#), 07/01/2017; [El País](#), 22/01/2017; [WRadio](#), 22/01/2017.

Investimentos e cooperação em infraestrutura: o Brasil como receptor e investidor

No mês de janeiro de 2017, o Brasil foi objeto de diversas matérias sobre infraestrutura. O país apareceu como um dos grandes investidores no setor na África subsaariana e como receptor de investimentos, especialmente em cooperação com a China. Também houve destaque para o acordo sino-brasileiro sobre construção de portos e estradas e para a compra da brasileira CPFL Energia SA pela estatal chinesa State Grid Corp. Deve-se registrar também a ocorrência de pontos de tensão nos projetos de cooperação com a China, como a pressão deste país para que a licença ambiental para a construção de uma linha de energia em Belo Monte fosse liberada.

Fontes: [Business Live](#), 05/01/2017; [China Daily](#), 05/01/2017; [People's Daily](#), 10/01/2017; [Global Times](#), 24/01/2017.

Hidrelétricas e hidrovia em pauta na América do Sul

O ano de 2017 começou com as hidrelétricas em pauta na agenda regional. No mês de janeiro, Bolívia, Chile e Brasil negociaram a construção de novas hidrelétricas no norte de La Paz e nas planícies da região de Santa Cruz, na Bolívia. O intuito do governo boliviano é desenvolver uma política energética que atenda aos mercados brasileiro e chileno. No Paraguai, a imprensa divulgou a ausência das centrais hidrelétricas de Itaipu e Yacyretá na agenda diplomática do governo Horacio Cartes. A preocupação com a ausência desses temas relaciona-se com a necessidade de renegociação dos acordos de forma que sejam mais favoráveis ao Paraguai. Mateo Balmelli, Diretor Geral de Itaipu no governo de Fernando Lugo, salientou que o silêncio sobre esse tema na agenda bilateral com o Brasil reflete os interesses empresariais do presidente Cartes, cujos negócios na área de tabaco dependem do mercado brasileiro. No Paraguai, também foi notícia a repercussão que o jornal argentino Clarín deu ao memorando firmado entre Paraguai e EUA para desenvolvimento da hidrovia Paraguai-Paraná, que envolve o trabalho de uma equipe de engenheiros do Exército dos EUA em área de soberania compartilhada na hidrovia. O memorando está em estudo no Senado paraguaio desde o final de 2016. Susana Malcorra, Ministra das Relações Exteriores da Argentina, manifestou oficialmente ao governo paraguaio que seu país não está de acordo com o memorando.

Fontes: [Color ABC](#), 15/01/2017; [Color ABC](#), 23/01/2017; [La Prensa](#), 25/01/2017.

O regionalismo no Cone Sul em face à conjuntura atual

Com o novo cenário internacional, a discussão sobre os rumos da política externa dos países do Cone Sul foi alvo da imprensa sul-americana. Foi noticiado que o presidente da Argentina, Mauricio Macri, propôs ao Brasil flexibilizar o Mercosul e acelerar acordos comerciais com outros blocos com fim de adaptar os países ao cenário do Brexit e da eleição de Donald Trump. O presidente argentino também propôs que a Argentina assuma um papel de liderança na região e protagonize esse processo. No Paraguai, o chanceler Eladio Loizaga se empenha em agilizar um acordo comercial entre o Mercosul e a UE, com o mesmo intuito de Macri. Ao passo que na Frente Ampla do Uruguai, há uma divergência de opinião sobre o Mercosul: há um setor do partido que quer priorizar a integração com o Mercosul e fortalecer o bloco e outro que propõe que o país invista em uma política exterior mais independente das grandes economias vizinhas, a partir de acordos de abertura econômica com a China, com a Europa e com os países sul-americanos do pacífico.

Fontes: [La Nación](#), 15/01/2017; [La Nación](#), 18/01/2017; [Clarín](#), 24/01/2017; [ABC](#), 24/01/2017.

Instabilidade política e crise econômica na Venezuela

A dificuldade de diálogo entre o governo do Presidente Maduro e os partidos de oposição na Venezuela adquiriu novas proporções com o agravamento da crise econômica e o pedido, pelo governo, do adiamento das eleições regionais. A justificativa dada foi a atual crise econômica do país e, também, devido aos altos custos para a realização dos pleitos subnacionais. A oposição critica o ato como uma medida protelatória do governo para manter-se no poder por mais tempo do que o constitucionalmente definido. Em 23 de janeiro, data simbólica do fim da ditadura militar venezuelana, marchas e protestos pró e contra o governo tomaram as ruas das principais cidades. Uma das pautas de críticas dos opositores é a crise econômica, pois a Venezuela possui a maior inflação da região e faltam itens de primeira necessidade em algumas áreas do país, inclusive na capital Caracas. A instabilidade gerou impactos nas relações regionais do país, com a suspensão do Mercosul e o congelamento das relações bilaterais com o Paraguai, que exige um compromisso democrático do governo de Maduro. A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Cari-

benhos (CELAC) lançou nota apoiando a retomada dos diálogos com a oposição, mas as negociações estão congeladas desde dezembro de 2016, após tentativa de mediação do Vaticano.

Fontes: [ABC](#), 19/01/2017; [G1](#), 23/01/2017; [G1](#), 24/01/2017; [ABC](#), 26/01/2017; [El Universal](#), 30/01/2017.

Investigações da Operação Lava Jato repercutem na região

As investigações da Operação Lava Jato, iniciadas pela justiça do Paraná em 2014 e cujas delações foram homologadas pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, repercutiram em países da América do Sul. No Brasil, contratos realizados com as empresas investigadas estão sendo revistos e empresários e políticos foram presos pela omissão de informações sobre atos ilícitos de empresas e governos. A participação de empresas brasileiras em obras e licitações de países vizinhos gerou investigações e revisões de contratos, por suspeitas de superfaturamento e informações privilegiadas. No Peru, foi instaurada uma Comissão de Investigação no Congresso e empresas que participaram de consórcios com a brasileira Odebrecht também foram responsabilizadas por suspeita de pagamento de propina e lavagem de dinheiro. As empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão também estão sendo investigadas. No Equador, o Judiciário aprovou a proibição da celebração de contratos de empresas nacionais com a Odebrecht até o fim das investigações. Já na Colômbia, o ex-senador Otto Bula foi preso após a denúncia de recebimento de pagamentos ilícitos da construtora.

Fontes: [La Republica](#), 03/01/2017; [El Comercio](#), 03/01/2017; [La Republica](#), 16/01/2017; [La Republica](#), 17/01/2017; [G1](#), 18/01/2017; [Semana](#), 18/01/2017; [G1](#), 31/01/2017.

Bolívia e Chile: Entre Conflitos e Cooperação

Com relações diplomáticas historicamente conflituosas, Chile e Bolívia iniciam o ano em uma linha tênue entre conflitos e cooperação. Nas disputas fronteiriças, a chancelaria chilena apresentou proposta ao Tribunal de Haia baseada em trabalhos realizados por hidrólogos, geógrafos e geólogos que demonstram a inclinação do curso fluvial do rio Silala para o Chile. Além disso, argumenta que o crescimento econômico da Bolívia é uma mostra de que o país não sofre um

estrangulamento econômico devido ao difícil acesso ao Pacífico. Por parte da Bolívia, com a posse do novo chanceler, Fernando Huanacuni, foi definido que o tema do acesso ao mar e a disputa do rio Silala serão eixos fundamentais da agenda internacional boliviana. Dentre suas primeiras ações estão o envio de uma equipe à Haia a fim de protocolar um documento de réplica ao Chile, sobre as disputas marítimas e fronteiriças. No entanto, ainda há espaço para cooperação nas relações entre os países. A imprensa relatou que representantes dos governos da Bolívia e Chile firmaram um acordo de cooperação para coordenar operações contra o tráfico ilícito de drogas na fronteira.

Fontes: [El Deber](#), 03/01/2017; [Emol](#), 04/01/2017; [El Deber](#), 06/01/2017; [El Deber](#), 09/01/2017; [El Deber](#), 23/01/2017; [El Deber](#), 24/01/2017; [El Deber](#), 25/01/2017.

Os impactos das medidas migratórias de Trump e Macri na América do Sul

As medidas adotadas por Donald Trump, logo após sua posse como presidente dos EUA, em janeiro de 2017, repercutiram na imprensa regional. O anúncio da construção de um muro na fronteira entre EUA e México gerou manifestações de solidariedade dos países sul-americanos ao México. O presidente da Bolívia, Evo Morales, declarou que o México deveria voltar-se ao sul para construir uma unidade e o convidou a retornar ao G77 e fortalecer a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Os presidentes da Colômbia e do Peru emitiram uma declaração conjunta de apoio ao México diante da crise nas relações com os EUA. Alguns governos da região também se manifestaram em relação às declarações de Trump sobre deportar imigrantes em condições irregulares. A imprensa do Peru noticiou que cerca de 40% de peruanos estão nos EUA em condição irregular e que seu governo vai trabalhar em parceria com o Parlamento Andino para dar assistência e assessoria legal a esta população. O governo equatoriano também respondeu às declarações do presidente estadunidense, ativando um plano consular de contingência para defender os direitos dos imigrantes do Equador nos EUA. No entanto, não foram apenas as declarações de Trump que tiveram impacto na região. A Argentina intensificou medidas de controle migratório em suas fronteiras, após aprovação de um decreto pelo presidente Mauricio Macri, em janeiro de 2017. A implementação das medidas teve ampla repercussão, sobretudo para o Paraguai, para o Peru e para a Bolívia, visto que a Ministra de Segurança ar-

gentina, Patricia Bullrich, declarou que existiria uma ligação dos nacionais desses países com o narcotráfico. A declaração foi duramente criticada, sobretudo pelo governo boliviano que exigiu explicações.

Fontes: [Clarín](#), 17/01/2017; [El Deber](#), 26/01/2017; [El Deber](#), 27/01/2017; [El Deber](#), 27/01/2017; [El Deber](#), 28/01/2017; [La República](#), 27/01/2017; [El Mercurio](#), 28/01/2017; [El Deber](#), 30/01/2017; [ZH Mundo](#), 31/01/2017.

Barreiras à Migração

Os migrantes têm cada vez mais restrições nos últimos tempos. Além das dificuldades que enfrentam em território europeu, se soma agora, com a chegada de Trump à presidência dos EUA em janeiro de 2017, a suspensão do programa estadunidense de recebimento de refugiados por 120 dias. O Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (IOM, na sigla em inglês) se manifestaram, alertando sobre as consequências do programa. A França também reagiu, pedindo uma atuação firme da Europa em relação a essa medida. Outras iniciativas polêmicas do governo Trump relacionadas à migração foram: restrição da entrada de nacionais de alguns países de maioria muçulmana, solicitação de que o México financie a obra para construir o polêmico muro na fronteira entre os países e deportação dos primeiros cubanos após o fim da política “pés secos, pés molhados”. Outros países americanos também foram notícia neste campo, como a Colômbia, que deportou quatro vezes mais migrantes em 2016 do que em 2015, na sua maioria cubanos, haitianos e indianos. Preocupa ainda a proteção dos direitos dos migrantes venezuelanos na região.

Fontes: [El Espectador](#), 13/01/2017; [El País](#), 17/01/2017; [El Mercurio](#), 27/01/2017; [El País](#), 28/01/2017; [Folha de São Paulo](#), 28/01/2017; [Agência Brasil](#), 29/01/2017.

Avanços e retrocessos nos direitos das mulheres

Donald Trump, recém empossado como presidente dos EUA, foi recebido com uma das maiores mobilizações do país, protagonizada por milhares de mulheres que foram às ruas para protestar contra suas políticas. A mobilização se difundiu por mais de 20 países. As declarações do atual presidente e a formação de um gabinete com a menor proporção de

mulheres e não brancos em 30 anos, são indícios de possíveis retrocessos que virão em relação aos direitos das mulheres. A aprovação em janeiro de 2017 de uma lei que descriminaliza a violência doméstica na Rússia também repercutiu na imprensa internacional, embora esta lei ainda passe por votação no Senado. Apesar destes retrocessos, algumas medidas adotadas por outros países indicam avanços. A Holanda propôs o lançamento de um fundo internacional para aborto seguro e busca o apoio de países europeus, da América do Sul e da África. No Brasil, um projeto de lei propõe uma multa para “quem passar cantadas” em Curitiba, um passo para que assédios em espaços públicos sejam passíveis de penalização.

Fontes: [Carta Capital](#), 22/01/2017; [The New York Times](#), 23/01/2017; [G1](#), 24/01/2017; [Exame](#), 24/01/2017; [Exame](#), 27/01/2017; [Exame](#), 27/01/2017.

Violações dos Direitos Humanos

Os tempos são sombrios para os direitos humanos. As forças governamentais sírias expulsaram os combatentes do Estado Islâmico e retomaram o controle da cidade de Aleppo em janeiro de 2017. Desde o dia 17 de janeiro, quando a ofensiva contra os jihadistas foi iniciada, o governo recuperou outras 19 localidades. Foram inúmeras as denúncias das dificuldades de proteção dos habitantes dessas regiões por parte de organismos internacionais e entidades da sociedade civil. Na atual conjuntura, preocupa a declaração do atual presidente dos EUA, Donald Trump, de deixar a cargo do secretário de Defesa a escolha do uso de tortura como um método de interrogatório, apesar de se inclinar por práticas como o afogamento simulado. Os recentes casos de mortes nos presídios brasileiros chamaram a atenção do Subcomitê das Nações Unidas para Prevenção à Tortura (SPT). O SPT enviou em novembro de 2016 para o governo brasileiro um relatório sobre a situação dos presídios no país com base em inspeção realizada em 2015. O país tem até 6 meses para responder ao relatório. Este relatório se tornou público em janeiro de 2017 e a Secretária de Direitos Humanos do governo brasileiro, Flávia Piovesan, se comprometeu a iniciar investigações.

Fontes: [Agência Brasil](#), 12/01/2017; [Jornal do Brasil](#), 13/01/2017; [El País](#), 20/01/2017; [G1](#), 26/01/2017; [G1](#), 26/01/2017; [Valor Econômico](#), 27/01/2017; [G1](#), 28/01/2017.

Rússia, Turquia e Irã chegam a acordo por cessar-fogo na Síria

Em 24 de janeiro de 2017, autoridades da Rússia, Turquia e Irã, reunidas em Astana, capital do Cazaquistão, consolidaram acordo pelo cessar-fogo na Síria, embora sem chegar a uma resolução definitiva para o conflito. Delegações sírias presentes na reunião se recusaram a assinar a declaração final, alegando que não negociariam diretamente devido à intransigência do Irã e do “regime sírio”. O encontro fez parte dos diálogos para a paz, iniciativa que pretende estabelecer, após a crise humanitária em Aleppo, um canal de comunicação efetivo para garantir a segurança na região. Os países participantes afirmaram que são favoráveis à presença dos rebeldes sírios nos próximos diálogos, marcados para 8 de fevereiro, em Genebra.

Fonte: [G1](#), 24/01/2017.

Chefes de Estado e Governo aprovam declaração durante a V Cúpula da CELAC

Em 25 de janeiro de 2017, na República Dominicana, representantes dos 33 países-membros da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) aprovaram a Declaração Política de Punta Cana. O documento inclui posicionamentos especiais e planos de ação em diversas áreas, como segurança alimentar, migração, desenvolvimento e integração regional. Durante o encontro também ocorreu uma homenagem ao ex-presidente de Cuba, Fidel Castro, e o vice-presidente uruguaio, Raul Sendic, clamou aos presentes a renovação dos esforços pelo desenvolvimento com igualdade e pela dimensão social da integração.

Fontes: [Telesur](#), 25/01/2017; [Telesur](#) 23/01/2017; [Prensa Latina](#), 25/01/2017.

Brasil e Tanzânia promovem cooperação na cadeia produtiva do algodão

Em 24 de janeiro de 2017, representantes do Brasil, da Tanzânia e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reuniram-se em Dar es Salaam, Tanzânia, para promover práticas de cooperação agrícola na cadeia do algodão. O acordo tripartite, fruto do programa Cotton Victoria, visa a fortalecer as capacidades do país africano a partir da sistematização e adaptação das boas práticas brasileiras no setor. O projeto faz parte de um amplo programa de cooperação no setor agrícola que,

iniciado em 2012, vem ganhando maior envergadura desde o acordo Brasil-EUA sobre o contencioso do algodão na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Fonte: [ONU](#), 24/01/2017.

Trump exige sigilo da Agência de Proteção ao Meio Ambiente

Não foi um começo fácil para os EUA e seu novo presidente, Donald Trump. Na área do meio ambiente, Trump já enfrenta tensões com ambientalistas e ativistas por ter indicado Scott Pruitt, um dos grandes nomes na área do petróleo e gás do país, para comandar a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA). Trump também proibiu que funcionários da agência divulgassem ao público externo suas atividades à imprensa, o que levanta dúvidas sobre o compromisso do atual governo estadunidense com a transparência de suas políticas climáticas, criando uma atmosfera de preocupação.

Fontes: [IstoÉ](#), 18/01/2017; [Terra](#), 18/01/2017; [Exame](#); 24/01/2017; [UOL Notícias](#); 26/01/2017.

China defende globalização, livre comércio e fortalecimento do BRICS em Davos

Em 17 de janeiro de 2017, em Davos, durante o pronunciamento de abertura do encontro anual do Fórum Econômico Mundial, o presidente da China, Xi Jinping, discursou em defesa do livre comércio, contra as guerras comerciais e os recuos no processo de globalização. Xi Jinping afirmou que culpar a globalização não resolverá os problemas do mundo. Em um momento em que os EUA tendem para uma política protecionista, a China tem se posicionado a favor dos acordos de livre comércio e de tratados que facilitem as atividades comerciais globais. O presidente chinês também declarou que o mundo deve dizer “não ao protecionismo”, o que coloca a China no centro das discussões sobre a abertura de mercado. Como uma das principais economias do mundo, uma das preocupações que a China demonstra ter para seu modelo de expansão é o desenvolvimento em conjunto com a proteção ao meio ambiente. Sincero ou não, o posicionamento chinês neste particular momento da política internacional chama muito a atenção de comentaristas nacionais.

Fontes: [G1](#), 17/01/2017; [Agência Brasil](#), 17/01/2017; [Folha de São Paulo](#), 17/01/2017; [Valor Econômico](#), 23/01/2017; [Exame](#), 26/01/2017.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

